

**PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ESCOLA:
PERCEPÇÕES E DESAFIOS DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO
EM SALITRE, CEARÁ**

Janiklécia Oliveira da Silva¹; Alessandra Alves Bezerra²; Maria Rerbelânia de Souza Pereira³; Lara Paulino Cazé⁴; Veronica Nogueira do Nascimento⁵

¹ Universidade Regional do Cariri – URCA, Campos Sales, Ceará, Brasil, janiklecia.oliveira@urca.br

² Universidade Regional do Cariri – URCA, alessandra.bezerra@urca.br

³ Universidade Regional do Cariri – URCA, maria.pereira@urca.br

⁴ Universidade Regional do Cariri – URCA, larapaulinocaze@gmail.com

⁵ Universidade Regional do Cariri – URCA, veronica.nogueira@urca.br

RESUMO

O estudo analisa a atuação de professores do ensino médio na prevenção e no enfrentamento da violência sexual contra estudantes em contexto escolar. Trata-se de pesquisa de campo, de natureza qualitativa, realizada em uma escola pública estadual do município de Salitre, Ceará, com a participação de 16 docentes em efetivo exercício. A coleta de dados ocorreu durante o mês de junho de 2025, por meio de questionário com questões abertas e fechadas, sendo o material submetido à análise de conteúdo. Os resultados indicam que a formação inicial e continuada ainda apresenta fragilidades no tratamento da temática, repercutindo em insegurança docente quanto à identificação, ao acolhimento e ao encaminhamento de situações de violência. Evidenciam-se, ainda, barreiras institucionais e subjetivas que dificultam a atuação pedagógica, bem como a permanência de processos de invisibilização curricular do tema. Apesar disso, os docentes reconhecem possibilidades de abordagem por meio de estratégias dialógicas e interdisciplinares. Verifica-se que o fortalecimento da função protetiva da escola depende da ampliação das políticas de formação docente, da consolidação de protocolos institucionais e da inserção sistemática da temática no currículo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Sexual; Formação de Professores; Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui grave violação de direitos humanos e configura crime tipificado na legislação brasileira. O Código Penal estabelece, nos artigos 213 e 217-A, a responsabilização penal para atos de estupro e estupro de vulnerável, reconhecendo a proteção integral da pessoa em desenvolvimento como dever jurídico e social (Brasil, 1984). Apesar desse arcabouço normativo, o fenômeno permanece como problema persistente no país, exigindo respostas articuladas entre diferentes políticas públicas, entre elas a educação.

Dados do Atlas da Violência evidenciam a magnitude do problema no cenário nacional. Em 2023, foram registradas mais de 83 mil vítimas de estupro no Brasil, mantendo-se a expressiva vitimização de crianças e adolescentes, sobretudo em situações que envolvem pessoas do convívio da vítima (IPEA, 2025). Esse quadro revela a complexidade do enfrentamento da violência sexual, marcada por dinâmicas de silenciamento, subnotificação e dificuldades de identificação precoce.

No campo educacional, a escola ocupa posição estratégica na rede de proteção, tanto pela possibilidade de observação cotidiana dos estudantes quanto pelo potencial formativo de ações preventivas. Domingos e Silva (2025) assinalam que a instituição escolar assume responsabilidade ética e legal diante de suspeitas ou confirmações de violência, o que implica reconhecer sinais, acionar fluxos de proteção e desenvolver práticas pedagógicas preventivas. Entretanto, estudos têm indicado que professores frequentemente se percebem pouco preparados para lidar com essas situações, seja pela fragilidade da formação inicial e continuada, seja pela insegurança diante dos procedimentos de encaminhamento (Duarte; Patias; Hohendorff, 2022; Rodrigues; Mello, 2024; Santos, 2025).

A literatura também tem chamado atenção para a necessidade de compreender a atuação docente para além da dimensão normativa. Obando (2021) destaca que o enfrentamento da violência sexual no espaço escolar envolve dimensões pedagógicas, institucionais e emocionais que atravessam o trabalho do professor. Basso, Fontana e Laurenti (2022) defendem que a prevenção demanda práticas educativas sistemáticas, articuladas ao currículo e sustentadas por processos formativos que possibilitem ao docente reconhecer situações de risco e atuar de modo eticamente orientado.

Diante dessas questões, desenvolveu-se um estudo de campo, de natureza qualitativa, realizado em uma escola pública estadual situada em contexto urbano no município de Salitre, Ceará, durante o mês de junho de 2025. Participaram da pesquisa 16 professores do ensino médio em efetivo exercício docente. A produção dos dados ocorreu por meio de questionário contendo questões abertas e fechadas, posteriormente submetidas à análise de conteúdo conforme Bardin (2016), com vistas à identificação de categorias temáticas relativas às percepções docentes, desafios e estratégias mobilizadas no enfrentamento da violência sexual no contexto escolar.

A partir desta problemática, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a atuação de professores do ensino médio na prevenção e no enfrentamento da violência sexual contra

estudantes, considerando suas percepções, desafios enfrentados e estratégias pedagógicas mobilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do material empírico foi orientada pelos procedimentos da análise de conteúdo, permitindo identificar regularidades, tensões e singularidades presentes nas respostas dos docentes participantes. A leitura sistemática do *corpus* possibilitou a organização dos achados em quatro categorias temáticas que expressam dimensões centrais da atuação docente frente à violência sexual no contexto escolar.

Formação docente e preparo para identificar a violência sexual

A análise permitiu identificar que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, ainda não incorporou de modo consistente conteúdos e procedimentos voltados à prevenção, identificação e encaminhamento de situações de violência sexual no contexto escolar. As respostas dos participantes indicam que a temática, quando presente em suas trajetórias formativas, tende a aparecer de forma pontual, com baixa densidade pedagógica e pouca vinculação com o cotidiano do trabalho docente. Tal constatação é particularmente significativa porque, no ambiente escolar, a atuação do professor requer repertórios que articulem compreensão conceitual do fenômeno, leitura pedagógica de sinais de alerta e domínio dos fluxos institucionais de proteção.

Nessa direção, os dados coletados indicam que a fragilidade formativa não pode ser interpretada apenas como ausência de informação. Os docentes demonstram reconhecer a gravidade do problema, mas relatam dificuldades em delimitar como proceder diante de suspeitas, o que inclui dúvidas sobre como acolher o estudante, como registrar ocorrências e como acionar a rede de proteção. Duarte, Patias e Hohendorff (2022) contribuem para a compreensão desse quadro ao enfatizarem que a violência sexual exige do professor uma preparação que ultrapassa conteúdos normativos, mobilizando dimensões psicológicas, sociais e educacionais, além de referenciais éticos que sustentem a ação protetiva da escola.

Outro aspecto que emerge do debate refere-se ao fato de que a responsabilidade atribuída à escola não se esgota em prescrições legais. A efetividade das ações de proteção permanece condicionada às condições concretas de trabalho, formação e suporte institucional. Rodrigues e Mello (2024) assinalam que, embora a escola seja frequentemente apresentada

como espaço privilegiado de prevenção e identificação, a ausência de políticas formativas sistemáticas produz um cenário de insegurança profissional, favorecendo a inação ou o encaminhamento tardio. Essa leitura converge com os achados do presente estudo, que evidenciam a insuficiência de referenciais práticos capazes de orientar a atuação docente em situações que demandam intervenção responsável.

Importa considerar, ainda, que as dificuldades de enfrentamento da violência sexual na escola se relacionam à forma como sexualidade e direitos têm sido historicamente tratados no currículo. Obando (2021) demonstra que abordagens biologizantes ou moralizantes limitam a construção de uma educação sexual de caráter crítico, com implicações diretas na capacidade da escola de nomear violências, discutir consentimento e reconhecer relações assimétricas de poder. Quando a temática é deslocada para fora do campo pedagógico, como se fosse exclusiva da esfera privada, reduz-se o alcance preventivo da instituição escolar e fragiliza-se a função protetiva que lhe é socialmente atribuída.

Fernandes e Tiellet (2025) reforçam que a responsabilidade ética e legal de encaminhamento de suspeitas ou confirmações de violência, embora prevista como dever institucional, depende de processos formativos e de gestão escolar que assegurem respaldo aos profissionais. A formação precisa, portanto, articular três dimensões fundamentais: compreensão crítica do fenômeno e de suas expressões; domínio de protocolos e fluxos de encaminhamento; e desenvolvimento de estratégias pedagógicas preventivas compatíveis com a etapa escolar. Santos (2025) afirma que na ausência dessa base, a atuação docente tende a permanecer apoiada em improviso, insegurança e silenciamento, comprometendo a proteção efetiva dos estudantes.

Torna-se evidente que o enfrentamento da violência sexual no ensino médio demanda o fortalecimento de políticas de formação continuada e a revisão dos currículos formativos, de modo que a temática deixe de ocupar posição periférica e passe a integrar, de forma sistemática, a preparação profissional docente. Trata-se de condição necessária para que a escola se consolide como espaço de prevenção, identificação e acionamento responsável da rede de proteção, em consonância com o princípio da proteção integral.

Barreiras institucionais e subjetivas para o enfrentamento da violência sexual

O conteúdo analisado indica que a atuação docente diante da violência sexual no contexto escolar é atravessada por um conjunto de obstáculos que não se restringem à dimensão formativa. Os participantes sinalizam a presença de entraves institucionais e subjetivos que

produzem um cenário de cautela excessiva e, em alguns casos, de imobilização profissional. Entre os elementos mais recorrentes emergem o receio de reações negativas por parte das famílias, a percepção de fragilidade do respaldo institucional e a insegurança quanto aos limites da atuação pedagógica ao tratar da temática.

Esses fatores revelam que o silêncio observado em muitas situações não pode ser interpretado de forma simplificada como omissão individual. O que se evidencia é a existência de condições de trabalho que expõem o professor a zonas de incerteza jurídica, pedagógica e relacional. Fernandes e Tiellet (2025) contribuem para essa leitura ao assinalarem que a escola, embora formalmente integrada à rede de proteção, ainda opera sob forte tensão quando se trata do enfrentamento de violências que atravessam a esfera familiar, o que tende a produzir posturas defensivas por parte dos profissionais.

Outro aspecto relevante refere-se ao sentimento de vulnerabilidade relatado pelos docentes ao abordar temas relacionados à sexualidade. O material analisado sugere que parte dos professores associa a discussão da violência sexual ao risco de interpretações equivocadas sobre sua conduta profissional, especialmente em contextos nos quais não há protocolos institucionais claros que orientem a abordagem pedagógica. Rodrigues e Mello (2024) observam que a indefinição de procedimentos e fluxos de encaminhamento contribui para ampliar a insegurança docente, favorecendo a adoção de estratégias de evitação mesmo quando há reconhecimento da importância do tema.

A dimensão subjetiva desse processo também merece atenção. Conforme discute Obando (2021), os silenciamentos em torno da sexualidade são social e culturalmente produzidos, sendo frequentemente reproduzidos no interior das instituições escolares. Nessa perspectiva, o receio manifestado por professores não se configura apenas como questão individual, pois se insere de um campo educativo historicamente marcado por tensões morais, vigilância simbólica e ambiguidades quanto ao lugar da educação sexual na escola.

Somam-se a esse quadro as limitações de apoio institucional. Os dados indicam que, na percepção dos participantes, a ausência de orientação sistemática por parte das equipes gestoras e das redes de ensino fragiliza iniciativas docentes voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual. Duarte, Patias e Hohendorff (2022) destacam que a atuação escolar diante de situações de violência requer organização intersetorial, definição de responsabilidades e suporte técnico contínuo, elementos que nem sempre se encontram consolidados no cotidiano das escolas.

Observa-se, portanto, que as barreiras identificadas atuam de forma articulada, combinando fatores formativos, institucionais e culturais. Esta configuração tende a produzir

um ambiente no qual o reconhecimento do problema não se converte automaticamente em ação pedagógica ou encaminhamento protetivo. O enfrentamento dessa dinâmica demanda capacitação docente articulada ao fortalecimento de políticas institucionais que assegurem respaldo, clareza procedimental e trabalho colaborativo com a rede de proteção.

A superação do silêncio institucional em torno da violência sexual depende de intervenções estruturais que ultrapassem iniciativas isoladas. O desafio colocado às redes de ensino envolve consolidar condições objetivas para que o professor atue com segurança, legitimidade e suporte, de modo a fortalecer a função protetiva da escola no âmbito da garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Estratégias pedagógicas percebidas como viáveis para abordar a violência sexual

A análise das respostas indica que, mesmo diante das inseguranças formativas e institucionais já evidenciadas, os docentes mobilizam referências pedagógicas que apontam possibilidades concretas de abordagem da violência sexual no contexto escolar. As proposições mencionadas concentram-se, sobretudo, em metodologias de caráter dialógico, tais como rodas de conversa, debates mediados, utilização de recursos audiovisuais e ações interdisciplinares envolvendo profissionais da rede de proteção.

Esse conjunto de sugestões revela que os professores reconhecem a necessidade de tratar o tema por meio de estratégias que favoreçam a escuta, a participação discente e a problematização crítica das situações de violência. Entretanto, os dados do estudo indicam que tais iniciativas permanecem, em grande medida, no plano das intenções pedagógicas, encontrando dificuldades para sua sistematização no cotidiano escolar.

As práticas preventivas no campo da violência sexual exigem abordagens educativas que ultrapassem o modelo transmissivo. Duarte, Patias e Hohendorff (2022) defendem que ações pedagógicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes precisam apoiar-se em processos formativos que promovam diálogo, construção coletiva de sentidos e desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes. Nessa direção, estratégias participativas tendem a ampliar as condições de reconhecimento de situações de risco e de busca por ajuda.

Os dados também indicam que os docentes atribuem potencial pedagógico a recursos mediadores como filmes, narrativas literárias e dramatizações, por compreenderem que tais linguagens favorecem a aproximação dos estudantes com temáticas sensíveis. Fernandes e Tiellet (2025) destacam que a abordagem escolar da violência sexual ganha maior alcance

quando inserida em propostas de educação sexual comprometidas com os direitos humanos, o respeito aos limites corporais e a problematização das relações de poder.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização das rodas de conversa como espaço pedagógico de acolhimento e escuta. No material analisado, essa estratégia aparece associada à possibilidade de construção de vínculos de confiança entre professores e estudantes. Obando (2021) argumenta que a constituição de ambientes educativos pautados na escuta qualificada amplia o potencial protetivo da escola, uma vez que favorece a manifestação de dúvidas, medos e experiências frequentemente silenciadas.

Apesar dessas potencialidades, o *corpus* evidencia que a transposição das propostas para a prática pedagógica sistemática ainda encontra limites importantes. Entre eles, destacam-se a ausência de planejamento institucional contínuo, a insegurança docente quanto aos limites de sua atuação e a fragilidade de articulação com a rede intersetorial. Rodrigues e Mello (2024) assinalam que a efetividade das ações escolares de prevenção depende da incorporação do tema ao projeto pedagógico da escola e da existência de suporte institucional que sustente a atuação docente.

Os achados desta categoria indicam que há, entre os professores, um repertório inicial de estratégias consideradas pertinentes para o tratamento pedagógico da violência sexual. Contudo, a consolidação dessas práticas requer condições estruturais mais amplas, envolvendo formação continuada, planejamento curricular integrado e fortalecimento do trabalho colaborativo no interior da escola. Sem esse suporte, as iniciativas tendem a permanecer episódicas, com alcance limitado frente à complexidade do fenômeno.

Invisibilização curricular do tema da violência sexual

As respostas docentes apontam que a violência sexual ainda ocupa posição periférica no currículo do ensino médio, sendo frequentemente compreendida por parte dos docentes como temática externa às atribuições pedagógicas de suas disciplinas. Em diversos registros, observa-se a tendência de deslocar o assunto para a esfera familiar ou para a atuação de profissionais especializados, o que contribui para a manutenção de silêncios institucionais no espaço escolar. Tal movimento revela insegurança docente e evidencia limites estruturais na forma como o currículo tem historicamente organizado os saberes considerados legítimos no interior da escola.

Essa compreensão dialoga com a crítica de Obando (2021), que analisa como a presença da sexualidade no trabalho pedagógico ainda se mantém restrita a abordagens de

caráter biologizante ou normativo. Em tais condições, a discussão sobre consentimento, relações de poder e direitos de crianças e adolescentes tende a permanecer pouco explorada no cotidiano escolar. No cenário investigado, essa limitação contribui para que a violência sexual seja deslocada para fora do planejamento curricular sistemático, reduzindo o alcance preventivo das ações educativas e enfraquecendo a função protetiva atribuída à escola.

Os dados do estudo indicam que, mesmo entre professores que reconhecem a relevância do tema, persistem dúvidas quanto à legitimidade de sua abordagem no cotidiano das disciplinas. Essa hesitação se articula à ausência de orientações curriculares mais explícitas e à limitada oferta de materiais didático-pedagógicos que subsidiem o trabalho docente. Rodrigues e Mello (2024) observam que a falta de diretrizes institucionais claras contribui para a permanência de práticas fragmentadas e descontínuas, nas quais a violência sexual aparece apenas de forma episódica, geralmente vinculada a projetos pontuais ou a situações emergenciais.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à tensão entre a função formativa da escola e as pressões por cumprimento de conteúdos tradicionalmente avaliados. Em contextos marcados por forte ênfase em desempenho e resultados mensuráveis, temas associados aos direitos humanos e à proteção integral tendem a perder espaço no planejamento pedagógico. Agapito (2025) alerta que essa lógica contribui para a marginalização de conteúdos que exigem escuta qualificada, problematização crítica e trabalho intersetorial, elementos indispensáveis ao enfrentamento da violência sexual.

Fernandes e Tiellet (2025) defendem que a abordagem do tema no currículo requer intencionalidade pedagógica e articulação com projetos institucionais mais amplos, de modo que a prevenção ultrapasse intervenções episódicas. Nessa direção, a inserção da temática deve ser compreendida como parte da formação integral dos estudantes, implicando a construção de ambientes escolares comprometidos com a proteção, a escuta e o reconhecimento de direitos.

Os achados desta categoria indicam, portanto, a necessidade de avançar na construção de referenciais curriculares que reconheçam a centralidade do enfrentamento da violência sexual no contexto educacional. Mais do que incluir conteúdos de forma isolada, trata-se de promover uma reorganização do trabalho pedagógico que integre a temática de maneira transversal, sustentada por formação docente, apoio institucional e articulação com a rede de proteção.

Conclusões

A atuação docente no ensino médio diante da violência sexual caracteriza-se pelo reconhecimento da gravidade do problema, mas permanece condicionada a fragilidades na formação inicial e continuada que limitam a segurança profissional para identificação, acolhimento e encaminhamento de casos. As barreiras institucionais e subjetivas identificadas contribuem para posturas de cautela e evitação do tema no cotidiano escolar, mesmo quando há compreensão de sua relevância.

Observa-se que os professores reconhecem estratégias pedagógicas pertinentes, porém sua incorporação ainda ocorre de forma pouco sistemática. Constatamos, ainda, que a violência sexual ocupa posição periférica no currículo. O fortalecimento da formação docente, da organização curricular e do suporte institucional apresenta-se como condição necessária para qualificar a função protetiva da escola.

O enfrentamento da violência sexual no contexto escolar requer ações formativas e institucionais articuladas, capazes de oferecer ao professor respaldo teórico, procedimental e pedagógico para atuar com maior segurança. O estudo evidencia que a consolidação de práticas preventivas depende da inserção sistemática da temática no currículo, do fortalecimento do trabalho intersetorial e da construção de uma cultura escolar comprometida com a proteção integral de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Juliano. A educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental como medida de enfrentamento à violência sexual infantil. *Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares*, Joinville, v. 6, n. 11, p. 26–45, jul./dez. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edição Rev. e Ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSO, Mariana Silva; FONTANA, Jordana; LAURENTI, Carolina. Violência sexual e saúde mental de universitários: uma sistematização da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 385–411, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984.

DOMINGOS, Silvio Duarte; SILVA, Leíza Costa da. Qual é o papel da escola na prevenção da violência sexual infantil? *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 30, e13753, 2025.

DUARTE, Thaina de Moraes; PATIAS, Naiana Dapieve; HOHENDORFF, Jean Von. Crenças de professores sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 27, n. 4, p. 635–648, out./dez. 2022.

FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel; TIELLET, Maria do Horto Salles. Violência sexual: a percepção de professores da área de Ciências da Natureza dos anos finais do ensino fundamental da rede pública do município de Cáceres/MT. *SciELO Preprints*, 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da Violência 2025*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

OBANDO, Juliane Mesquita. *Educação sexual: o papel da escola na prevenção da violência sexual contra as mulheres*. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2021.

RODRIGUES, Rafaela Maria; MELLO, Roseli Rodrigues de. Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 123, p. 1–23, abr./jun. 2024.

SANTOS, Georgiano Joaquim Pereira Antonio dos. Entre o saber e o agir: a insegurança docente diante da violência sexual infantil. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 36, e1290, p. 1–10, 2025.

